

Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária

Decoloniality and narrative researches: contributions to Community Psychology

Decolonialidad e investigaciones narrativas: contribuciones a la Psicología Comunitaria

Ricardo Dias de Castro¹

Claudia Mayorga²

Resumo

Este artigo propõe aproximações entre a Psicologia Social Comunitária, as pesquisas narrativas (auto)biográficas e a perspectiva decolonial. Reconhece-se, nesse sentido, que os efeitos da colonização latina seguem nutrindo lugares de enunciação muito distintos para sujeitos marcados pela diferença/desigualdade colonial na sociedade brasileira, o que tem produzido movimentos epistêmico-políticos decoloniais que interpelam o projeto de sujeito e sociedade construído a partir das lógicas coloniais. Dessa forma, é importante que possamos colaborar no endereçamento de que os sujeitos colonizados, a partir de suas narrativas, fazem à comunidade latina e brasileira em busca de elaboração denúncia e combate às desigualdades coloniais. É fundamental, portanto, que retomemos as alianças históricas que permitiram que os colonizados (re)inventassem outros mundos possíveis, rompendo com a posição subalterna, apenas, como lugar da vitimização. Devemos, assim, valorizar, eticamente, não sem (auto)críticas, os deslocamentos que as narrativas decoloniais proporcionam às narrativas comunitárias, historicamente, legitimadas como local de produção da transformação social.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Narrativas. Decolonialidade.

Abstract

This article builds approximations between Community Social Psychology, narrative (self) biographical research and the decolonial perspective. In this sense, it is recognized that the effects of the Latin colonization still harbor very distinct places of enunciation for subjects marked by the colonial difference / inequality in Brazilian society. What has produced decolonial epistemic-political movements which challenge the project of subject and society built from the colonial logics. Thus, it is important that we can collaborate in the addressing that the colonized subjects, from their narratives, make to the Latin and Brazilian community in search of elaboration, denunciation and combat to the colonial inequalities. It is

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Psicologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da (UFMG, 2013). Integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (Fafich/UFMG). Tem, também, percurso acadêmico e de atuação nas áreas de Psicologia Social e Psicologia Política.

² Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri – Espanha – com foco em estudo sobre gênero, política e feminismo. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG).

therefore essential that we retake the historical alliances that allowed the colonized to (re)invent other possible worlds, breaking with the subaltern position, only, as a place of victimization. We must therefore ethically value, not without (self) criticism, the displacements that the decolonial narratives provide for historically legitimized community narratives as the place of production of social transformation.

Keywords: Community Psychology. Narratives. Decoloniality.

Resumen

Este artículo construye aproximaciones entre la Psicología Social Comunitaria, las investigaciones narrativas (auto) biográficas y la perspectiva decolonial. Se reconoce, en ese sentido, que los efectos de la colonización latina todavía nutren lugares de enunciación muy distintos para sujetos marcados por la diferencia / desigualdad colonial en la sociedad brasileña. Lo que ha producido movimientos epistémico-políticos decoloniales que interpelan el proyecto de sujeto y sociedad construido a partir de las lógicas coloniales. De esta forma, es importante que podamos colaborar en el direccionamiento que los sujetos colonizados, a partir de sus narrativas, hacen a la comunidad latina y brasileña en busca de elaboración, denuncia y combate a las desigualdades coloniales. Es fundamental, por lo tanto, que retomamos las alianzas históricas que permitieron que los colonizados (re) inventasen otros mundos posibles, rompiendo con la posición subalterna, apenas, como lugar de la victimización. Debemos, así, valorar, éticamente, no sin (auto) críticas, los desplazamientos que las narrativas decoloniales proporcionan a las narrativas comunitarias, históricamente, legitimadas como lugar de producción de la transformación social

Palabras clave: Psicología Comunitaria. Narrativas. Descolonialidad.

Psicologia Social Comunitária latino-americana e brasileira: alguns recortes narrativos para falarmos de um campo político-científico

Sabe-se que há várias narrativas sobre a história da Psicologia Social e, também, distintas concepções acerca de quais seriam as suas abordagens fundantes como um campo de conhecimento, bem como os seus principais desdobramentos e dissidências intra e extracampo (Álvaro & Garrido, 2003; Farr, 1998). A partir dessa atmosfera, tem-se hegemonizado uma narrativa sobre a história da Psicologia Comunitária latino-brasileira que antagoniza – por vezes, dicotomicamente – a experiência latina com os pressupostos experimentais e cognitivos da Psicologia norte-americana e com o elitismo burguês europeu. No entanto, na direção contrária, há referenciais e propostas estadunidenses e europeus que, em tempos atuais, circulam como repertório científico-político no pensamento e prática psicossocial latino-brasileiro em comunidades (Gonçalves & Portugal, 2016). Ainda assim, em função de recortes para este artigo, essa tensão (Norte/Sul da Psicologia Comunitária) não fará parte do circuito genealógico (Foucault, 1971/1994) que, aqui, construiremos.

Fazemos a escolha, neste trabalho, então, por elencar elementos da construção da Psicologia Social e Comunitária – a partir do Sul Global (Gomes, 2017) –, tendo em vista todos os vários movimentos teórico-políticos desses campos que se empenham na construção de sentidos-intervenções para aquilo que diria do sujeito e de como ele performaria uma interação inevitável consigo mesmo, com os outros e com as especificidades das instituições da sociedade latina e brasileira (Almeida, 2012; Bock, Ferreira, Gonçalves & Furtado, 2007; Ferreira, 2010; Mayorga, 2014; Rey, 2004). Optamos por esse caminho para, posteriormente, colocarmos em diálogo o

saber psicossocial e comunitário com o debate das pesquisas narrativas e, em seguida, com a perspectiva decolonial.

Dessa forma, recordamos que a Psicologia Social Comunitária se consolida como um campo forte, na América Latina, a partir da década de 1960 e 1970, quando a comunidade psicológica começa a se interrogar sobre a função da Psicologia como ciência e profissão em contextos marcados por dinâmicas autoritárias e desigualdade econômica extrema fomentadas pelos golpes militares da América Latina da década de 1960 – o que teve como efeito o questionamento do profissional de Psicologia sobre a sua atuação com a maioria da população e de qual seria o seu papel na conscientização e organização civil e política a favor da autonomia e da liberdade dessas populações (Campos, 1996). Nesse momento, a intelectualidade psicossocial latino-americana questiona a hegemonia científica do Norte Global e o campo psicológico é abalado pelos questionamentos éticos de psicólogos que rejeitaram vários modelos analíticos estadunidenses e europeus não condizentes com as questões experienciadas pelos países que ainda sofriam os efeitos da colonização e exploração dos Estados do “primeiro mundo” (Almeida, 2012; Lane, 1996; Martín-Baró, 1996; Mayorga, 2007, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, em se tratando de Brasil, a Psicologia era, marcadamente, voltada para o atendimento clínico individualizado, e a Psicologia Social, por sua vez, tinha como campo de estudo processos grupais, atitudes, liderança, cooperação/competição e outros temas que eram circunscritos a pequenos grupos. No fim da década de 1970 e, principalmente, nos anos 1980 – a partir das movimentações críticas que já se realizavam em outros territórios latinos –, a realidade da maioria da população brasileira, em situação de desigualdade econômica, é tomada como

campo de estudo e intervenção em Psicologia Social, o que começa a se constituir como uma perspectiva psicossocial com o viés da transformação social mais, amplamente, comunitário e de combate aos interesses das elites brasileiras (Bock, Ferreira, Gonçalves & Furtado, 2007).

A Psicologia Social Comunitária, então, começa a se reconfigurar, na década de 1980, como um campo da Psicologia Social diverso que, a partir da chamada crise da *Psicologia Social Brasileira*, é perpassada pelo debate da ação comunitária, embasada pelo materialismo histórico, pela crítica ao positivismo e ao individualismo e voltada para uma Psicologia da transformação social. Essa crise fez com que a Psicologia brasileira enfrentasse estratégias de produção de conhecimento que fossem construídas a partir de pesquisas de campo que tomassem a sociedade e o povo brasileiro como seu sujeito/objeto de estudo. O que aconteceu, inicialmente, atrelado aos movimentos sociais populares e às reorganizações na prática da Psiquiatria, na saúde, com a criação dos Centros Comunitários de Saúde Mental (Gonçalves & Portugal, 2016). Há, aqui, uma mobilização coletiva para que o campo psicossocial redirecionasse seus referenciais epistêmico-teórico-metodológicos no horizonte de uma atuação teórico-política nas periferias, favelas e organizações civis políticas não institucionais que estivessem embebidas da interface entre a subjetividade e o desejo de mudança do cenário político. Algo que foi, fortemente, sistematizado a partir de críticas que consolidaram a construção da Psicologia Sócio-Histórica (Sawaia, 2015).

Para além da Escola Paulista Sócio-Histórica de Silva Lane, no entanto, é importante reconhecer as crises que, também, perpassaram a produção do campo científico psicológico e psicossocial em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará,

principalmente. O que foi possível com a participação, respectivamente, do Setor de Psicologia Social da UFMG, com a criação da disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia; da inserção de estudantes e profissionais de Psicologia nas favelas cariocas por meio de projetos de ensino-pesquisa-extensão e, por fim, com a criação dos círculos de cultura de Paulo Freire com grupos de jovens marginalizados e alfabetização de adultos na periferia de Fortaleza. Diante desse cenário, há a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), em novembro de 1979, que institucionalizou os campos e os temas de pesquisa-intervenção, considerados de maior relevância social para a população brasileira e latino-americana, marcadas por acessos restritos a direitos sociais e rendas financeiras insuficientes (Gonçalves & Portugal, 2016).

A interpelação do campo psicossocial nacional foi possível, então, mediante a produção de um saber/fazer voltado para a colaboração com a emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades a partir do lugar dos próprios grupos em situação de subordinação (Freire, 1987; Mayorga & Pinto, 2015). A classe, torna-se, nessa concepção, uma categoria de análise primordial para se pensar na mudança social a partir do campo da Psicologia (Mayorga, 2014). Nessa perspectiva de análise dos processos psicossociais, começou a se defender, portanto, a indissociabilidade entre a teoria, a metodologia e a prática transformadora da Psicologia como um dispositivo político de emancipação da população mais pobre (Campos, 1996; Codo & Lane, 1984; Gomes, 1999). Algo que se consolidou, por exemplo, a partir da perspectiva vigotskiana e demais pensadores soviéticos que representaram a subjetividade como um sistema complexo, cuja organização não excluiria o caráter processual e dinâmico do sistema social como um todo. Dessa forma,

o psiquismo e o social formariam um sistema dialético, histórico e cultural mediado pela linguagem, que, por sua vez, seria o dispositivo subversor da dicotomia subjetividade × objetividade material. A subjetividade seria, portanto, uma dimensão importante, na qual o processo revolucionário se construiria por meio de um engajamento subjetivo fundamental para um compromisso e transformação social (Sawaia, 2014), indo ao encontro dos anseios de uma Psicologia Comunitária interessada em romper com os dualismos modernos e positivistas comuns ao campo de uma Psicologia de cunho mais individualista e apolítica que marcou a produção dessa ciência (Alves, 2010; Farr, 1998; Magalhães, 2017; Martín-Baró, 1996; Montero, 2003).

Os escritos de Sílvia Lane (Psicologia Sócio-Histórica), Ignacio Martín-Baró (Psicologia da Libertação) e de Maritza Montero (Paradigma Latino-Americano de Construção e Transformação Crítica) começam a integrar, cada um ao seu modo, um cenário da Psicologia Social Comunitária que se destacava por focar processos de intervenções psicossociais existentes em comunidades (Ansara & Dantas, 2010). Comunidades em uma conceituação mais ampla do termo – em que a relação indivíduo-sociedade pudesse ser investigada por meio de grupos sociais, associações de moradores de bairro, escolas, hospitais, sindicatos e, até mesmo, grandes movimentos sociais, o contexto das políticas públicas e o espaço da comunidade acadêmica que compõe o ensino superior público, por exemplo. E, diante dessa consideração, a comunidade poderia ser caracterizada por um coletivo de pessoas com determinada interação social; um coletivo que repartisse interesses, sentimentos, crenças e atitudes; um conjunto de pessoas desconectadas, mas que circulam por espaços comuns; um território específico – periférico ou não –, entre outros. O objetivo primordial da Psicologia, aqui, seria

potencializar os laços de coletividade, autonomia e autogestão que garantisse que o sujeito e a sociedade pudessem se transformar, tendo como ponto de partida a liberdade, o pensamento crítico e a garantia de um projeto de sujeito/sociedade democrático (Scarparo & Guareschi, 2007).

A politização da prática da Psicologia, por sua vez, começa a ser defendida como sendo um eixo principal de partida e como horizonte da Psicologia Comunitária, em que o sujeito, a sociedade e a relação entre eles será o foco da análise do pesquisador e do profissional da Psicologia. Isso porque a trajetória de construção, consolidação e aplicação da Psicologia Social Comunitária começa a se voltar, sobretudo, para as problemáticas sociais que afetam grande parcela da população brasileira, bem como para a construção de processos de combate a essas dinâmicas de violação (Freitas, 2001). As práticas de intervenção psicossocial, portanto, nas comunidades, começam a se dar na fronteira indivíduo/sociedade em movimento, que é o sujeito psicossocial. Sujeito que se constitui e é constituído pelo mundo social; sendo, portanto, sujeito/sociedade um elemento híbrido, complexo e processual (Afonso, 2011).

Nesse contexto, é possível perceber a introdução de setores populares e demais grupos historicamente, subalternizados, na condição de atores sociais e políticos diretamente ligados aos processos de conscientização e participação coletivas e comunitárias (Freitas, 2001; Mayorga, 2014). Sendo assim, os sujeitos em sociedade transgridem, escapam, renomeiam e ressignificam o que está, aparentemente, colocado; fazendo vacilar a dimensão da existência de uma superestrutura ou de uma autogestão dos sujeitos que seja alheia aos jogos de poder da sociedade (Castro & Mayorga, 2018a). Dessa forma, para a maioria dos autores e autoras do campo psicossocial comunitário, o sujeito, ao

transformar a realidade, apropria-se cada vez mais dela, conhecendo-a cada vez mais, tornando-se, então, sujeito de sua história e de sua realidade. Isso potencializa a construção de posturas mais implicadas do sujeito por si e pelos “nós” em sua comunidade; construindo novos e distintos projetos de sujeito e sociedade que pluralizam e democratizam os sentidos psicossociais que circulam nos espaços de sua vida (Gois, 2008)

Ainda que perpassada por uma pluralidade epistêmica-teórica-conceitual-metodológica, a Psicologia Social Comunitária brasileira e latino-americana tem-se feito existir por meio de uma dialética reflexão/ação interessada em investigar e intervir nos sentidos relativos à dinâmica comunitária dos coletivos, em compreender como essa dinâmica implica na reiteração ou reinvenção das subjetividades e das relações cotidianas, bem como construir diálogos e interpelações na produção/invenção de conhecimentos que possam potencializar práticas voltadas à diversidade e ao desafio de se pensar um projeto ético-político comum. Dessa forma, priorizam-se, aqui, as questões interpessoais e a comunidade, em detrimento do tradicional recorte da Psicologia para olhar para o indivíduo e para as questões intrapsíquicas (Codo & Lane, 1984; Lane, 1985).

Diante desse cenário, produzem-se, a partir desse campo, preocupações e perspectivas, entre elas a de uma Psicologia, radicalmente, qualitativa que se interessa por problemas, sintomas, questões, situações contemporâneas coletivas e atuais que exigem um esforço na construção de um conhecimento interdisciplinar que reconheça as limitações do uso de uma única disciplina como a verdade do saber (Sawaia, Albuquerque & Busarello, 2018). Essa postura, comumente, parte do pressuposto de que a produção do conhecimento deva ser mais pautada pelo problema de pesquisa e

não por uma filiação teórico-metodológica, *a priori*, que se aplique a qualquer fenômeno da realidade (Freitas, 2001; Gois, 2008; Gomes, 1999; Martín-Baró, 2013; Montero, 2006; Ximenes & Barros, 2009).

A partir desse matiz de construção e consolidação de um saber/fazer psicocomunitário plurimórfico e polifônico, podemos perceber a construção de uma posição da Psicologia Social Comunitária que consiste na problematização e na desnaturalização de saberes e práticas no campo da intervenção psicossocial, de modo que acontecimentos, interações e conexões possam ser interpeladas, questionadas e, continuamente, repensadas, produzindo, então, outras possibilidades de composição de sentidos, de interações sociais, de modos de vida e de pactos coletivos que pluralizam o saber da experiência humana em uma comunidade perpassada pela potência interpeladora da linguagem (Bondía, 2002; Ximenes e Barros, 2009).

Cabe, nesse momento, apontar a existência de outro campo de estudos, que começa a se consolidar, também, na década de 1980, nomeado, comumente, como campo narrativo (auto)biográfico. As pesquisas narrativas, parece-nos, colabora na produção de uma Psicologia Social Comunitária que seja pautada pela valorização – e não essencialização – do saber do outro sobre si mesmo e sobre o mundo com o qual a sua experiência, por intermédio da linguagem, *fronteiriza* (Bolívar Botía, 2002). Sendo assim, reconhecemos que os processos de construção de conhecimento que se dão por meio das atividades narrativas perpassam a maioria das atividades humanas, o que se reverbera em um contínuo movimento de manutenção e renovação da cultura, da ciência, da tecnologia, das crenças e dos desejos individuais e coletivos (Simão, 2004). Conhecimento, experiência, narrativa, comunidade e transformação social parecem se encontrar, então, envoltos ao que a

Psicologia Social Comunitária vem, historicamente, construindo (se) como campo de saberes e fazeres. Tentaremos, pois, construir algumas aproximações, nas próximas páginas, entre a Psicologia Social Comunitária e o campo narrativo (auto)biográfico.

Narrativas e Psicologia Social Comunitária: uma aproximação epistêmica-teórica-metodológica potente

Levando-se em conta essa configuração polimorfa do campo narrativo, para além da perspectiva que assume as narrativas humanas como um relato, elas serão abordadas aqui, antes de tudo, como um *modus operandi* composto por um conjunto de estudos, propostas, críticas e princípios – quase nunca homogêneos – que lançam luz à inevitabilidade de se compreender a experiência como um conjunto de histórias vividas e narradas. O que, analiticamente, requer uma atuação de pesquisa que intencione compreender e interpretar as dimensões subjetivas e coletivas para além de esquemas fechados, recortados e quantificáveis. A atmosfera das pesquisas narrativas apontam, então, para a emergência de um caminho de pesquisa alternativo aos modelos hegemônicos, colocando, em cena, uma interpelação aos modos de produção do conhecimento positivista e moderno; autorizando a abertura de outros horizontes para as investigações interpretativas que tomam como campo de análise-intervenção a vida social, política, comunitária, discursiva e cultural, em oposição à busca por leis gerais e prescritivas do comportamento humano (Arfuch, 2010; Bolívar Botía, 2002; Brockmeier & Harré, 2003; Carvalho, 2003; Conceição Passeggi & Souza, 2017; Connelly & Clandinin, 2011; Egan & Mcewan, 2005; Fonte, 2006; Larossa, 2016; Oliveira & Paiva, 2008).

Genealógicamente, as narrativas começam a se tornar um campo emergente nesse cenário de dissensos e conflitos que ocorreram, na década de 1980, quando a teorização em torno da História, da linguagem oral, da escrita e da Literatura tornam-se parâmetro psicológico, cultural e filosófico para tentar explicar as condições da existência humana (Brockmeier & Harré, 2003). Enfoca-se, aqui, no estudo das práticas discursivas, de maneira que a linguagem é tomada como uma prática humana que tem efeitos que, por sua vez, convocam-nos a focar na interface entre os usos da linguagem e as condições de sua produção e veiculação (Méllo, Silva, Lima & Di Paolo, 2007).

Nesse eixo de deslocamento, os estudiosos das ciências humanas – que pretendiam utilizar toda a potência discursiva dos seres humanos para as suas análises de pesquisa – começam a se interessar por esse ponto da narrativa que perpassa o indivíduo e a sociedade a partir de um gênero, estrutura, retórica e uma situação em que a própria narrativa se faz existir no âmbito de uma base histórico-cultural de produção/invenção (Brockmeier & Harré, 2003; Carvalho, 2003; Fonte, 2006). Sendo assim, não é, apenas, a narrativa que faz a mediação e expressa a cultura; mas ela, também, constrói os sistemas de inteligibilidade narrativos. Com isso, quer se dizer que as narrativas não são tão espontâneas a ponto de serem desvinculadas de um repertório de signos, formas e possibilidades de existência que contextualizam as suas condições de produção, surpreendentemente, variadas (Arrabal, Engelmann & Kuczkowski, 2016).

Desde contos de fadas, memoriais, ensaios jornalísticos, declarações de amor e a produção da ciência, as narrativas são um dispositivo componente de um conjunto transmissivo de sentidos que perpassam o espaço-tempo, a cultura e a História, enunciadas por sujeitos e/ou coletivos

mediante técnicas, habilidades, competências e experiências sensíveis que se embodem da potência inventiva-propositiva entre o sujeito e a sociedade. Nesse sentido, a condição de um sujeito que narra sua vida coloca-o numa posição que é, ao mesmo tempo, de autor e de intérprete de si mesmo (Carvalho, 2003). Essa condição faz das construções narrativas não plenamente controláveis para o sujeito, aproximando-as de um ato de criação estruturalmente análogo à ficção. Nesse sentido, o relato autobiográfico não representa o sujeito, mas o produz; o que tem como efeito a invenção de si, do Outro, das relações de alteridade e, portanto, da identidade narrativa de um campo intersubjetivo e cultural em questão (Carvalho, 2003).

Nesse sentido, dizer ou pressupor que tudo seria ordenado e determinado funcionaria como uma armadilha que corresponde à maneira como o pensamento do ocidente se instituiu como razão. E, por outro lado, o que se supunha ser a ordem natural das coisas é, a partir do campo de estudos narrativos, radicalmente, uma criação embebida em uma espécie de fluxo que não pode ser, na sua totalidade, captado pela lógica do indivíduo racional da modernidade. Dessa forma, a inventividade e a criatividade constituinte da experiência humana não reproduz os dados fornecidos pela percepção e/ou pela tentativa – diga-se de passagem falaciosa – de representar algo, nem combina elementos do mundo racional (Brockmeier & Harré, 2003; Castoriadis, 1982).

A narrativa seria criação, gênese ontológica, posição/instituição de uma *nova forma* de ser/existir/pensar. Nessa direção, os sujeitos deixam de ser lidos como meros processadores de informação e começam a ser vistos como construtores ativos de significados *indeterminados* entre eles e a sociedade (Castoriadis, 1982; Fonte, 2006; Tovar-Restrepo, 2012). É por isso que, inclusive, o atravessamento entre a

reinvenção do conhecimento, a teoria e a prática – como elementos constituintes do campo narrativo – tornam-se um dispositivo de pesquisa recorrente para se pensar a trajetórias de professores, sendo o campo narrativo, portanto, um dispositivo para se pensar a própria lógica inventiva e transformadora da experiência docente na produção do conhecimento (Freitas & Ghedin, 2015)

Dessa forma, não haveria – no campo de estudos das narrativas e para além do âmbito da Educação – a possibilidade de se encontrar uma resposta verdadeira e universal recorrendo à eliminação da subjetividade humana do processo investigativo. Primeiro porque, no campo de estudos narrativos, a universalidade não é sequer um horizonte a ser alcançado; tampouco, acredita-se que seja possível eliminar o complexo fenômeno de nós mesmos do processo investigativo (Castro & Mayorga, 2018a). Ou seja, longe de ser o reflexo de uma realidade psicológica preexistente, o campo narrativo é o próprio fenômeno psicossocial e deixa de ser um reflexo no mundo para se tornar agente na (re)construção da realidade. E é, justamente, por estar embebida em processos sócio-históricos complexos que as narrativas não se constituem como algo eterno e permanente; mas, pelo contrário, estão sempre se transformando na contínua atividade de (re)construção de histórias que são parciais e incompletas.

Nesse sentido, as narrativas são potentes discursos que lidam com a ação e a intencionalidade humana quando esta é colocada em relação com o culturalmente previsto. Ou seja, ela é efeito da relação entre a estrutura social e o mundo idiossincrático dos desejos, das crenças e das esperanças (Carvalho, 2003; Fonte, 2006). E, por isso mesmo, é comum se referir às pesquisas narrativas como um campo (*auto*)biográfico; ainda que o foco não seja a construção da história pelo próprio sujeito

ensimesmado. Afinal, ela nunca o seria “em si mesma”. Sendo assim, ao contarem as suas histórias, os sujeitos não pretendem, somente, memorizar e reelaborar suas experiências isoladas: eles, também pretendem, explicitamente, posicionar-se diante de suas histórias coletivas; convencendo, persuadindo e impressionando os seus interlocutores (Fonte, 2006). As narrativas nos permitem potencializar, portanto, as análises das relações entre sujeito, sociedade e historicidade. Isso porque a fronteira que demarca esses elementos começa a ser vista menos como oposição e mais como área de negociação e trânsito entre esferas; já que, na vida cotidiana, os três constituem-se mutuamente e não se dicotomizam (Carvalho, 2003).

Parece estar aí, colocado, o diálogo psicossocial e psicocomunitário com o campo das pesquisas narrativas, já que esses campos de análise-intervenção contribuem com a formação de uma proposta da ciência humana, em suas especificidades, em direção à aceitação da ontologia histórico-social-política-transformadora do ser humano. O sentido do sujeito e da sociedade, então, é lido pela Psicologia Social Comunitária e pelo campo narrativo como efeitos de formações históricas e culturais do psiquismo do sujeito, que se integrariam ao contexto atual das suas experiências vividas, isto é, a psique operando como ação e práxis humana. Esses campos, portanto, estariam interessados em compreender, investigar e intervir em sujeitos, comunidades e instituições a partir de uma postura do psiquismo humano que pudesse, também, debruçar-se em torno das condições sociais que são constitutivas desse mundo psicológico sempre em mudança (Afonso, 2011; Codo & Lane, 1984; Lane, 1985).

Dessa forma, uma pesquisa narrativa no âmbito de uma análise-intervenção da Psicologia Comunitária, ainda que livre para poder fazer as suas escolhas conceituais e metodológicas, deve estar interessada em

investigar, sobretudo, as bases de sustentação que alicerçam – ainda que de forma, aparentemente, frágil – as maneiras pelas quais as pessoas tentam dar sentido às suas experiências subjetivas, coletivas e políticas. Dito de outro modo, um pesquisador que dialoga com os pressupostos comunitários e dos estudos narrativos deve se sentir curioso a construir sentidos, coletivamente, para *o porquê que os sujeitos são o que eles são*. Não para que se localizem efeitos causas-consequências lineares, mas para que, à luz de uma perspectiva genealógica, considere-se a emergência desse sujeito como campo do conhecimento com base na análise das discórdias, dissensos e conflitos que o perpassam.

Retomando os princípios de combate à desigualdade econômica que marcam a atuação da Psicologia Comunitária, no Brasil, ao longo de sua história, os estudos, sobretudo marxianos, marxistas, materialistas-históricos-dialéticos e freirianos, atentaram-se para as construções narrativas do sujeito oprimido e alienado em sua classe, economicamente, desprivilegiada. No entanto, as sociedades contemporâneas têm apontado para uma complexidade da luta política coletiva e emancipatória muito grande. É, a partir da presença contundente de diversos atores/atrizes, na cena pública, que se inicia uma denúncia coletiva de que, para além da desigualdade econômica, outros marcadores sociais produziram violências e sofrimento psicossocial no Brasil (Costa & Brandão, 2005; Sawaia, 1999). Sendo assim, para além da classe, que embasou grande parte das leituras acerca das opressões nacionais, os saberes emancipatórios sobre as desigualdades começam a ser demandados por coletivos de mulheres, negros e negras, gays e lésbicas, travestis e transexuais, imigrantes, prostitutas e minorias étnicas por meio de lógicas de produção da desigualdade distintos, mas, também, inter-

relacionados com as problemáticas da classe (Mayorga, 2014).

A partir dessa constatação, percebe-se que o sujeito latino se encontra embebido nos amplos discursos colocados em torno de sua experiência marcada por eixos de desigualdade que dizem de um povo marcado por discursos e práticas heteronormativas, racistas, sexistas e classistas que apontam para a colonialidade do saber/poder denunciada, fortemente, pelas feministas negras (Lugones, 2014). Separar esses conflitos, certamente, despolitizaria a potência analítica dessas trajetórias e, por isso, o aporte epistêmico-teórico-metodológico narrativo dialoga muito bem com o campo de análise-intervenção das relações de poder que marcam as dinâmicas psicossociais e comunitárias (Castro & Mayorga, 2018a).

A intersecção entre as pesquisas narrativas (auto)biográficas e a Psicologia Social Comunitária recaem sobre o desejo de compreender o outro a partir da sua experiência e trajetória imersa em um campo sócio-histórico, já que a experiência, por si só e ensimesmada, também não responde a uma verdade do sujeito. Assim como uma estrutura sócio-histórica não determina, em absoluto, nada que seja fora dos anseios – por vezes antagônicos – dos sujeitos em uma comunidade. Dessa forma, as pesquisas narrativas podem operar como dispositivo de transformação social: um ponto central para a Psicologia Social Comunitária. Pode-se perguntar a partir dessa articulação: de que forma os sujeitos dão contorno e sustentação aos seus desejos, intenções e medos? Como eles chegam a lidar com tensões, contradições, conflitos e dificuldades? Qual o potencial interpelador entre esse sujeito e essa comunidade ampla que o perpassa a partir desse magma (Castoriadis, 1982) narrativo contraditório, paradoxal, mas que, também, possibilita zonas e fronteiras de contato e livre trânsito?, como apontado por Gomes (2017).

Em tempos atuais, tem havido um intenso debate para que repensemos a prática de combate e resistência às desigualdades sociais, no Brasil, a partir de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002). Uma perspectiva que leve em consideração a emergência de sujeitos silenciados que reinventam processos democráticos que não são, apenas, aqueles, tradicionalmente, compartilhados a partir do espectro político da esquerda (Mayorga, 2014). Sendo assim, o próprio campo narrativo e da Psicologia Social Comunitária têm se utilizado das fragilidades que os arranjos epistêmico-teórico-metodológicos acumularam e vêm produzindo teorias e técnicas, validadas científica e eticamente, que podem colaborar para novas articulações em torno das práticas de pesquisa narrativas no âmbito comunitário (Gomes, 1999).

Reflexões finais: decolonizando as pesquisas narrativas no âmbito da Psicologia Social Comunitária

O fato de que a realidade e os problemas dos países do Sul Global sejam decorrentes dos processos de colonização e de um neoliberalismo atual selvagem que reatualiza lógicas coloniais tem levado a Psicologia – que busca romper com o universalismo eurocêntrico/moderno/colonial – a repensar, continuamente, as suas metodologias de pesquisa e reforçado o caráter político das práticas psicológicas nacionais (Almeida, Silva & Pedro, 2012). As “lentes” com as quais alguns psicólogos têm olhado para os problemas da desigualdade, no contexto brasileiro, têm, também, focado os valores e as potencialidades que temos a partir da produção de um corpo-geográfico-epistêmico que, historicamente, resiste às violências decorrentes dos efeitos da colonização/genocídio/epistemicídio dos nossos saberes emancipatórios da diáspora (Alvez & Delmondez, 2015; Gomes, 2017;

Grosfoguel, 2016). Considerando os efeitos ainda presentes da colonização das/nas mentes, corpos e saberes das populações ameríndias e negras da diáspora, assumimos que temos enfrentado a produção de um conhecimento sobre as narrativas, muitas vezes, embebida por um poder que hierarquiza, fortemente, as experiências/saberes entre o Norte e o Sul Global. Nesse sentido, contra-hegemonicamente, os estudos feministas decoloniais têm atuado como um conjunto de reflexões epistêmicas-teóricas-metodológicas que, a partir do lugar do Sul Global, apresentam como ponto de partida, na produção do conhecimento, a liberdade, a autonomia e a (re)humanização das populações negras e das mulheres latino-americanas (Curiel, 2007; Grosfoguel, 2016; Lugones, 2014; Mayorga *et al.*, 2013; Mayorga, Araújo Menezes & Reyes, 2017).

Levando-se em consideração o debate em torno das pesquisas narrativas-biográficas, levantado por Bolívar Botía (2002), temos que as narrativas são a experiência compreendida como um relato e, também, como um *modus operandi* de investigação que constrói sentidos a partir das enunciações que se pretendem pesquisar-intervir. Nessa compreensão, tornar a vida uma narrativa é, também, criar o próprio eu; operando, portanto, as pesquisas narrativas como um projeto ético do que a vida foi e, potencialmente, pode ser. Dessa forma, ao se negar o endosso aos princípios modernos e positivistas da ciência, a oralidade é bem-vinda como condição sem a qual outras experiências – que colocaram impedimentos à perspectiva da epistemologia do ponto zero patriarcal-racista-colonial (Castro-Gomez, 2003) – jamais seriam audíveis.

Nesse sentido, se o *pessoal é político* – conforme anuncia o feminismo (Hanish, 2016; Haraway, 1995, Ribeiro, 2017) –, é urgente que reconheçamos que a existência e a experiência humana estão circunscritas a um lugar social e epistêmico, não um lugar

que essencializa, totaliza e psicologiza as experiências humanas. Dessa forma, *falar a partir de um lugar* não se restringiria ao ato de emitir palavras, mas, sobretudo, de poder existir e ser reconhecido pela linguagem do mundo e pelas regras do jogo que permitem ou não que esses grupos possam exercer a sua cidadania. Trata-se, portanto, de tornar visíveis os mecanismos pelos quais certos discursos parecem essencialmente embebidos em autoridade, enquanto outros permanecem relegados ao descrédito e à desvalorização de suas vozes/demandas/propostas no campo democrático (Collins, 2016; Haraway, 1995; Ribeiro, 2017).

Isso implica dizer que é preciso reinventar muitas vezes, no âmbito das pesquisas (auto)biográficas, os modos com os quais escutamos e somos interpelados pelos relatos proferidos por sujeitos, historicamente, subalternizados (Spivak, 2010), de modo que nos direcionemos a um projeto ético no qual rompamos com o pacto da desumanização imposto pela colonização europeia, que transformou vozes potentes em ruídos, por vezes, inaudíveis. Sendo assim, no contexto das pesquisas em Psicologia Comunitária, seria interessante que ao interagirmos com os sujeitos marcados por eixos de desigualdades coloniais pudéssemos pensar sobre nós mesmos e a própria sociedade, reconhecendo que, em última instância, o trabalho interventivo em comunidade termina por ser uma intervenção em nós mesmos por meio das potências interpeladoras dos relatos narrativos que ali circulam, denunciando, em grande medida, que a questão do lugar de fala é, também, muitas vezes, sobre a (in)habilidade de quem ouve.

Dessa forma, defende-se, aqui, a possibilidade de que, nas pesquisas (auto)biográficas narrativas e comunitárias, possamos não só introduzir pequenas doses de sentimento e experiência de vida nas formas existentes de teorização da ciência,

mas, sobretudo, apontar a necessidade de uma revisão radical da premissa que dicotomiza emoção e pensamento na produção do conhecimento (Jaggar & Bordo, 1997), trazendo, então, para a disputa epistêmica, outros projetos ético-políticos por meio dos quais não tenhamos medo do quinhão humano que marca as pesquisas em humanidades. Se os modelos narrativos são, ao mesmo tempo, modelos de mediação mutáveis entre o sujeito e a comunidade, eles são, também, projetos de sujeitos e sociedade que tornam a vida coletiva uma disputa interpretativa em torno das possíveis “lentes” de análise das pesquisas. O que nos permite conceber a “realidade” como algo em constante transformação e reconstrução.

Em contextos coloniais, como o latino-americano e o brasileiro, há restos e marcas no corpo e no conhecimento daqueles que tiveram as suas humanidades retiradas pelo poder da metrópole, o que nos exige um esforço colossal em alterar as bases de sustentação das nossas metodologias de análise-intervenção. E, sob a óptica da perspectiva decolonial, muitas das mobilizações comunitárias do Brasil contemporâneo têm sido caracterizadas como espaços políticos e culturais de luta e resistência a partir de marcadores da diferença baseados na colonialidade, no sexismo, no racismo e no patriarcado, que estabeleceram separações entre humanos e inumanos. No entanto, em vez de ficarem assujeitados ao padrão de poder nomeado de colonialidade, vários atores sociais têm se feito sujeitos, articulando interpretações e dialogando de forma emancipatória com marcadores de suas diferenças, que são, estrategicamente, articulados para gerar mobilização, solidariedade e ganhos democráticos, produzindo, em suma, projetos decoloniais de resistência e reexistência (Bernardino-Costa, 2015).

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao

invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial, em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. [...] O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. (Grosfoguel, 2008, p. 138)

Toda essa mobilização, queiramos ou não, alcançou a produção da ciência, do conhecimento e da política (Gomes, 2017), colocando-nos algumas questões que se tornaram pontos de análise importantes para a sociedade como um todo e, especialmente, para alguns campos do conhecimento como a Psicologia Social Comunitária. Na construção, então, de análises-intervenções, por meio dos relatos narrativos comunitários, teremos que lidar com as performances daqueles sujeitos subalternizados que desenvolveram uma intensa hostilidade contra os termos do contrato social colonial de cujos benefícios eles participam muito pouco. E, nesse sentido, devemos atuar, na (re)construção coletiva dessas narrativas, de modo que possamos ouvi-las à luz da dor, do ódio, dos paradoxos, dos complexos de inferioridade, da revolta e do ressentimento que marcam as trajetórias dos subalternos brasileiros. Mas, se é certo que o ressentimento é o avesso da política, devemos atuar em nossa prática comunitária, de modo que possamos, também, atentar-nos para como esses sujeitos têm se fortificado a ponto de derrubarem suas posições ressentidas para transmutá-las em políticas de resistência e disputa (Kehl, 2011).

Longe, portanto, de assumirmos, por meio dos relatos comunitários, uma postura assistencialista diante do mal-estar com o qual somos confrontados, é importante que possamos colaborar no endereçamento que esses sujeitos fazem à sociedade em busca de elaboração, denúncia e combate às desigualdades que os marcam. Isto é, devemos suportar o ressentimento que vem do relato do outro, não para aprisioná-lo no ódio de si e nem no discurso da culpa de nós pesquisadores. A ideia, aqui, não é, jamais, colaborar para que esses sujeitos se afixem nesses lugares que foram construídos para eles. Mas, a partir de suas narrativas e experiências pensantes e propositivas, devemos potencializar um outro modo de se (re)inventar o sujeito, a sociedade, a democracia e a política. Ou seja, as práticas narrativas comunitárias não devem, jamais, secundarizar a altivez dos contradiscursos da hegemonia e nunca ignorar as alianças históricas dos subalternizados que os permitiram construir e inventar outros mundos possíveis marcados por menos violações e violências.

Precisamos, nessa direção, responsabilizar-nos pela dor coletiva que um projeto de sujeito e sociedade – (des)organizado por todos nós marcados pelos infortúnios da colonialidade do saber/poder – tem produzido no mundo, sendo fundamental que não totalizemos o mal-estar que alguns relatos provocam, mas, por outro lado, devemos focar, eticamente, nos deslocamentos que eles são capazes de proporcionar às narrativas tradicionais.

Alguns atores coletivos, nessa direção, têm convocado a sociedade – não para atestar os seus lugares de vítimas – para implicar toda a comunidade latina e brasileira na elaboração do trauma da desigualdade colonial. O que requer o testemunho e ação de interlocutores que possam constituir um campo simbólico que interpele a narrativa da desigualdade para que ela possa se abrir para novas

significações, rompendo com o local do subalternizado, apenas, como vitimização (Costa & Brandão, 2005; Kehl, 2011).

As pesquisas narrativas comunitárias deveriam se valer dessa prática, tomando como consideração que a melhor forma de lidar com o testemunho do outro é a conversação e não o interrogatório (Heller, 1989), de modo que valha muito mais a pena, aqui, a análise-intervenção do que a moralização. Ainda assim, é importante que se evite o perigo de romantizar a perspectiva do subalternizado, que não está isenta de reavaliação crítica como qualquer outro local enunciativo (Haraway, 2005). A historicização (auto)crítica dos processos de resistência coletiva dos subalternizados será, assim, o elemento de rememoração, elaboração e construção da ação política e da reinvenção subjetiva, de modo que nossa análise-intervenção seja capaz de fomentar malhas coletivas de resistências comunitárias.

Não será fazendo apelo ao sentido de humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor ou à caridade, que será possível criar uma equidade entre grupos históricos produzidos de maneira desigual, uma vez que todos esses elementos “humanizantes” já se encontram marcados pelo poder colonial. O que é possível tentar, por outro lado, não sem desafios, é colaborar para que os sujeitos, em comunidades desiguais, possam se libertar do arsenal de complexos germinados e alimentados por eles e pelos outros no seio da situação colonial (Fanon, 2008). Isso nos exige

imaginar uma política do humano que seja, fundamentalmente, uma política do semelhante, mas num contexto em que, cabe admitir, o que partilhemos logo de início são as diferenças. E são elas que, paradoxalmente, precisamos pôr em comum. Isso passa pela reparação, isto é, por uma ampliação da nossa concepção

de justiça e de responsabilidade. (Mbembe, 2018, p. 307)

Dessa forma, o “mimimi”³ terá que ser, imediatamente, repostado na disputa narrativa. Não para que ele seja essencializado ou psicologizado. Muito pelo contrário, será importante que ele seja questionado como essência da vitimização e reconfigurado como condição de proclamação da diferença em direção a um projeto mais amplo de mundo equitativo – ainda por vir – em que nos livremos dos fardos causados pelos infortúnios da colonialidade do saber/poder (Mbembe, 2018). Definitivamente, é preciso que politizemos os efeitos psicossociais da violência que recai sobre populações negras, mulheres, pobres e LGBTQTIQs, no Brasil, transformando os “mimimis” em denúncias – jamais totais ou naturalmente políticas –, em mais uma narrativa legítima na disputa pela democracia.

O perigo de uma narrativa única e universal tem se mostrado, no decorrer da História, como um catalisador de genocídios e epistemicídios que, em vez de serem coibidos, são reatualizados de forma sofisticada no tempo contemporâneo pelas sociedades colonizadas. Compreendemos, portanto, que a investigação decolonial realoca e interpela o olhar construído em torno dos sujeitos inscritos nos campos disciplinares das ciências sociais e humanas, de modo que seja primordial que, em nossos processos de pesquisas narrativas comunitárias, possamos valorizar a experiência dos sujeitos de pesquisa a partir

de uma perspectiva afirmativa, feminista e política (Curiel, 2007; Lugones, 2014). Isso significa apostar em uma produção conceitual-teórica-metodológica-epistêmica que se dedique muito mais à (re)invenção do campo de pesquisa e menos no determinismo de análises narrativas construídas sob égides colonizadoras para pesquisas realizadas com populações no Brasil.

A escolha pelo uso das narrativas, portanto, para além de um capricho metodológico das pesquisas contemporâneas, pode funcionar, de fato, como um campo de atuação de uma pesquisa que radicalize o que a Psicologia Social Comunitária tem chamado de transformação social, autocrítica, autonomia e análise-intervenção. Nesse sentido, o campo decolonial se atenta ao fato de que, apenas, com outras narrativas – políticas, simbólicas, culturais e intelectuais – dos povos tradicionais e dos grupos subalternizados que outros saberes podem se tornar relevantes e visíveis para a sociedade (Castro & Mayorga, 2018b). De modo que, coletivamente, transformemos produções ressentidas – ou aquelas, aparentemente, vitimizantes – em políticas narrativas de resistências decoloniais na comunidade. A ética possível, nesse sentido, é uma ética da prática de pesquisa narrativa e comunitária que se debruce sobre os paradoxos dos sujeitos em sociedade, na qual se abandone a perspectiva da ordem, do determinismo, da linearidade e do reducionismo em direção a um saber que assuma a circularidade, a desordem, a complexidade e a emergência criativa de novos significados que resistem ao que está, aparentemente, na ordem natural/colonial (Castoriadis, 1982; Costa & Brandão, 2005; Scott, 2005). “É por este trabalho *especificamente político*, ou seja, intencional, constantemente renovado e frequentemente conflituoso, que o sujeito político traz sua contribuição única, imprevisível e variável à definição do que é

³ “Mimimi” é uma onomatopeia e, também, uma expressão utilizada, comumente, em meios informais, para imitar ou descrever, pejorativamente, alguém que reclama demais. Em tempos atuais, o “mimimi” tem sido utilizado para se referir às demandas e interpelações de uma série de setores civis organizados em torno da defesa dos Direitos Humanos, principalmente, mulheres, negros e LGBTQTIQs.

comum” (Varikas, 1997, p. 21). O que acontece, então, não como um princípio prescritivo e arbitrário, mas como um pressuposto epistêmico *fronteiriço* embebido em uma complexidade política indeterminada entre o sujeito e a sociedade.

Referências

- Afonso, M. L. (2011). Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em revista*, 17(3), 445-464.
- Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da Psicologia Social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 124-137.
- Almeida, M., Silva, A., & Pedro, F. (2012). Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2003). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Artmed Editora.
- Alves, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 1-13.
- Alves, C., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661
- Arfuch, L. (2010). *O espaço biográfico*. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Arrabal, A. K., Engelmann, W., & Kuczkowski, S. (2016). Filosofia da linguagem e giro linguístico: implicações para os direitos autorais. *Scientia Iuris*, 20(2), 81-106.
- Ansara, S., & Dantas, B. S. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1).
- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163.
- Bock, A. M., Ferreira, M., Gonçalves, M. D. G., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, 19(2).
- Bolívar Botía, A. (2002). ¿De nobis ipsis silemus?: Epistemología de la investigación biográfica narrativa en educación. *Revista electrónica de investigación educativa*, 4(1), 41-62.
- Bondía, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.
- Brockmeier, J., & Harré, R. (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 525-535.
- Campos, R. H. (Org.). (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Editora Vozes Limitada.
- Carvalho, I. C. M. (2003). Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*, 9(19), 283-302.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castro, R. D., & Mayorga, C. (2018a). A construção de um campo de pesquisa antirracista ou sobre quando sujeito e objeto (se) pesquisam. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 10(24), 339-365.
- Castro, R. D., & Mayorga, C. (2018b). Classe Média Negra Universitária: por um projeto de sociedade afirmativa. *Revista de Estudos e*

- Pesquisas sobre as Américas*, 12(3), 175-203.
- Castro-Gómez, S. (2003). *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Codo, W., & Lane, S. (1984). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127.
- Conceição Passeggi, M., & Souza, E. C. (2017). O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. *Investigación Cualitativa*, 2(1), 6-26.
- Connelly, F. M., & Clandinin, D. J. (2011). *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: Edufu.
- Costa, L. F., & Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 33-41.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 171.
- Curiel, O. (2007). La crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo, antirracista. *Revista Nomadas*, Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Universidad Central, 26, 92-101.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Farr, R. (1998). *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Fonte, C. A. (2006). A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: teoria e prática*, 8(2), 123-131.
- Foucault, M. (1971/1994). *Dits et écrits* (Vol. 2). Paris: Gallimard.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, L. M., & Ghedin, E. L. (2015). Narrativas de formação: origens, significados e usos na pesquisa-formação de professores. *Revista Contemporânea de Educação*, 10(19), 111-131.
- Freitas, M. D. F. Q. (2001). Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 1(2), 54-68.
- Góis, C. W. (2008). Psicologia Comunitária. *Universitas: Ciências da Saúde*, 1(2), 277-297.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(25 anos), 51-64.
- Gomes, A. M. (1999). Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 1(2).
- Gomes, N. L. (2017). *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. (2016). Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3).
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115-147.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo

- epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Hanish, Carol. (2016). *Lo personal es político*. Ediciones Feministas Lúcidas.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Heller, A. (1989). De la hermenéutica en las ciencias sociales a la hermenéutica de las ciencias sociales. In A. Heller & F. Fehér. *Políticas de la posmodernidad, ensayos de crítica cultural*. Barcelona: Península.
- Jaggar, A. M., & Bordo, S. R. (1997). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Kehl, M. R. (2011). *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lane, S. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, 17-34.
- Lane, S. (1985). *O que é Psicologia Social?* (Coleção Primeiros Passos, Vol. 39). São Paulo: Brasiliense.
- Larrosa, J. (2016). *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, 22(3), 935-952.
- Magalhães, J. H. G. (2017). Vygotsky e Moscovici sobre a Constituição do Sujeito. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 8(2).
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1991/2013). El método en Psicologia Política (2013, F. Lacerda, Trad.). O Método em Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13(28), 575-592.
- Mayorga, C. (2007). Revisitando a Pedagogia do oprimido: Contribuições à Psicologia Comunitária. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236.
- Mayorga, C., Araújo Menezes, J., & Reyes, M. I. (2017). Sección temática Psicología y Feminismo: cuestiones epistemológicas y metodológicas. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, 16, 1-8.
- Mayorga, C., & Pinto, G. (2015). La recherche-intervention en tant que renforcement de la communauté politique. *Bulletin de Psychologie*, Tome 68, 2(536), 105-113.
- Mayorga, C., Coura, A., Martins, V., & Mirales, N. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), 21, 463-484.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 edições.
- McEwan, H., & Egan, K. (2005). *La narrativa en la enseñanza, el aprendizaje y la investigación*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Méllo, R. P., Silva, A. A., Lima, M. L. C., & Di Paolo, A. F. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & sociedade*, 19(3), 26-32.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria* (Vol. 5). Buenos Aires: Paidós.
- Oliveira, M., & Paiva, V. (2008). A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 8(2).

- Rey, F. G. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento.
- Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2015). Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social?. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe 2).
- Sawaia, B., Albuquerque, R., & Busarello, F. (2018). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural.
- Scarpato, H. B., & de Fátima Guareschi, N. M. (2007). Psicologia Social Comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(2).
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos feministas*, 11-30.
- Simão, L. M. (2004). Alteridade no diálogo e construção de conhecimento. In L. M. Simão & A. Mitijáns Martínez (Orgs.). *O outro no desenvolvimento humano. Diálogos para a pesquisa e prática profissional em Psicologia* (pp. 29-39). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Tovar-Restrepo, M. (2012). Cornelius Castoriadis' Ontology of Creation. In M. Tovar-Restrepo. *Castoriadis, Foucault, and Autonomy: New Approaches to Subjectivity, Society, and Social Change*. Bloomsbury Publishing.
- Varikas, E. (1997). O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. *TEMPO Revista do Departamento de História da UFF*, 2(3), 59-80.)
- Ximenes, V. M., & Barros, J. P. P. (2009). Perspectiva Histórico-Cultural: que contribuições teórico-metodológicas pode dar à práxis do psicólogo comunitário?. *Psicologia Argumento*, 27(56).

Recebido em: 29/11/2018

Aprovado em: 4/7/2019